

NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DOS VEREADORES DE FLORIANÓPOLIS: estudo de usuário

THE INFORMATION NEEDS OF TOWN COUNCILLORS IN THE CITY OF FLORIANOPOLIS: a study of the user

**Maria de Jesus Nascimento¹
Sara Weschenfelde²**

RESUMO

Estudo das necessidades e uso da informação pela população dos vinte e um vereadores de Florianópolis, Santa Catarina Brasil. Os dados foram levantados através de um questionário seguido de entrevista. Os resultados demonstram que estes se constituem de um grupo heterogêneo de profissionais de diferentes setores de atividades. 92,5% são do sexo masculino, 66,7% tem nível universitário com comprovada experiência política. 51,1% deles tem sua própria biblioteca e 90,5% consideram que a biblioteca pode influenciar o processo de desenvolvimento nacional. Em geral costumam consultar as mais variadas fontes, mas preferem os tipos tradicionais de documentos impressos. 76,2% acessam base de dados e, apesar do uso da Internet superar o uso da Biblioteca, não foi utilizada com a frequência que se esperava. 80,6% dos vereadores afirmaram já terem feito algum tipo de pesquisa, no entanto só 28,6% publicaram os resultados, podendo ser considerados consumidores, porém, não produtores de informação.

Palavras-chave

**ESTUDO DE USUÁRIO DA INFORMAÇÃO
POLÍTICO COMO USUÁRIO DA INFORMAÇÃO
VEREADORES DE FLORIANÓPOLIS.**

¹ Doutora em Ciência da Informação pela Univesidad Complutense de Madrid

Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

² Acadêmica do curso de Biblioteconomia – bolsista do PIBIC/CNPq

INTRODUÇÃO

Necessidade de informação é um conceito muito ambíguo e difícil de se definir, e avaliar, pois implica em um processo cognitivo que pode ocorrer em diferentes níveis de consciência, e como afirma Crawford (1978), citado por Paim (1998), pode inclusive não estar claro para o próprio usuário. Porém, é evidente que necessidade é uma parte importante do processo criativo, e, em algumas condições, a necessidade de informação não pode ser especificada claramente porque não está disponível ou simplesmente porque o usuário não tem consciência desta necessidade e não é capaz de expressá-la.

Assim, entende-se por “Necessidade de Informação”, a carência de informação que o indivíduo deve suprir para realizar uma pesquisa, para sua educação e atualização pessoal, ou para uma tomada de decisão em seu desempenho profissional.

A necessidade de informação varia de indivíduo para indivíduo e de grupo para grupo e pode ser transformada, ou não, em demanda, isto é, na formulação expressa de um desejo, ou na solicitação de uma informação, por parte de um usuário, a uma Unidade de Informação (arquivo, biblioteca, museu, rede ou sistema de informação).

A necessidade de informação depende de inúmeras variáveis, e pode ser satisfeita ou resultar na frustração do indivíduo, daí a importância dos estudos que procuram conhecer o perfil dos usuários, suas reais necessidades, formas de busca e uso da informação.

Os estudos de usuário, muitas vezes confundidos com os estudos de uso, diferem destes, que se limitam a fazer estudos de uso de coleções, por um grupo de usuários, prática esta constante nos estudos feitos até a década de 60. Só a partir da década de 70 é que se começa a privilegiar o indivíduo, usuário ou receptor da informação, como foco de pesquisa. E na década de 90, este foi considerado como consumidor da informação.

Usuário da informação, segundo Chocen (1998), é o usuário concreto que obtém informação disponibilizada pelo Sistema Documentário, e consumidor da informação é aquele que se apropria e faz uso, isto é, passa a consumir informação.

Segundo Dervin; Nila (1986), Citado por Barbosa (1977), os estudos de usuários se dividem em dois tipos: abordagem tradicional, estudos que enfocam o uso de unidades de informação; e abordagem alternativa, estudos que enfocam a ótica do usuário.

Os estudos tradicionais, em geral, examinam o comportamento do usuário real, ou potencial, em relação ao uso e satisfação de determinados serviços e ou unidade de informação, esquecendo-se, muitas vezes, que o ser humano, como bem frisou Rhode (1986), cria sua própria realidade, e tem seus próprios estoques internos de informação, que os ajudam a compreender as informações extrínsecas e a enfrentar as diferentes situações de seu dia-a-dia.

O enfoque alternativo dos novos paradigmas dos estudos de usuários está centrado na dimensão humana, ou seja, em um ser pensante, que elabora reelabora continuamente idéias, conceitos etc., em um contexto individual ou em grupo, em uma sociedade determinada no tempo e no espaço, Peréz; Sabelli (1995)

Segundo Paim (1998), há diferentes formas de se abordar a avaliação da informação, destacando-se a predominância de duas grandes linhas: Uma tende à avaliação a partir do sistema (do conteúdo da informação, do intermediário ou da instituição), privilegiando aspectos objetivos; a outra, procura focar o usuário, sublinhando aspectos subjetivos da busca da informação.

No Brasil, a grande preocupação dos estudos de usuário tem sido a de caracterizar o perfil de usuários, estudantes e professores de bibliotecas universitárias, pesquisadores, cientistas e tecnólogos de determinadas instituições ou empresas. Há poucos trabalhos que se destinam a produzir conhecimento a respeito das expectativas e comportamentos informacionais de nossos profissionais, sem que estes estejam obrigatoriamente vinculados a uma unidade de informação, podendo-se salientar os estudos mais recentes: Neves; Carvalho (2000), Moura (1999), Barbosa (1997), Campos (1997), Amaral (1996), Freitas (1996), Tasca (1993), Bettiol (1990).

Inúmeras são as pesquisas sobre o fluxo de informações em áreas específicas do conhecimento, no entanto, são escassas as pesquisas que abordam as necessidades e busca de informação de usuários, ou não usuários, de equipes multi e interdisciplinares. Nesta linha, a literatura registra a pesquisa de Moura (1999), e, mais precisamente, Lima (1991), que analisou o fluxo de informação na Câmara dos Deputados e afirmou que definir o perfil do usuário e suas necessidades informacionais, em ambientes legislativos, constitui um desafio para os profissionais da informação, considerando-se os interesses diversos e mutáveis, e o número ilimitado de áreas que os políticos podem atuar.

No que diz respeito aos estudos de usuário, referentes a grupos de políticos, há uma carência não só em nível nacional, e, como afirma Casado (1994), este é um “grande desconhecido”. Em Santa Catarina, enfrentando este desafio, Nascimento; Weschenfelder (2000), pesquisaram a necessidade de informação dos deputados estaduais e afirmaram que estes constituem um grupo heterogêneo de profissionais que podem ser considerados consumidores potenciais, mas não produtores de informação.

No mundo político, onde uma febre de criar leis, decretos etc., novas informações vêm se acumulando, e muitas vezes estas não são adequadamente disseminadas, deixando, inclusive, de servirem de base para as tomadas de decisões. Segundo Martins (1971), os políticos, além de suas ocupações normais, têm que viver numa constante atualização, ameaçados de “naufragar no mar de informações e inovações”.

Apesar do político ser um dos tipos de usuários da informação mais desconhecido, demanda grande quantidade de informações atuais e elaboradas, devido à necessidade de tomar decisões, em tempo hábil, que implicam no destino de importantes recursos técnicos e financeiros e da Sociedade em geral. E no entanto, nem sempre, faz uso das informações necessárias às suas atividades, por isto pode ser considerado usuário potencial.

A falta de hábito de consulta à informação, como base para a fundamentação de sua postura política, entre outras razões, pode ser decorrente da dificuldade de acesso às fontes, tendo em vista a escassez ou inexistência de Unidades de Informação devidamente organizadas, ou, em alguns casos, da falta de uma formação adequada para absorver informações complexas que exigem grande conhecimento do assunto. De qualquer maneira, resulta na falta de consciência do valor da informação, que acaba sendo tratada com descaso, o que já está se tornando uma questão cultural na esfera política brasileira.

Considerando-se que: os estudos de usuário, em geral, têm focado mais o uso de determinadas coleções, do que no ser humano, em processo contínuo de busca e uso de informações, independentemente de qualquer sistema; os políticos constituem um grupo de profissionais, não vinculados, obrigatoriamente, a nenhuma unidade de informação; os estudos sobre este tipo de usuários é quase inexistente; pouca ou nenhuma literatura nacional tem sido divulgada neste campo; e que, conseqüentemente, se conhece muito pouco o perfil do político como usuário da informação. Objetiva-se

fazer uma análise do comportamento de busca e uso da informação centrada nas reais necessidades do político catarinense, aqui representado pelos vereadores de Florianópolis.

Para saber até que ponto estes fazem uso, ou não da informação, como base para seu desenvolvimento pessoal, profissional e para as tomadas de decisões político – administrativas e, a fim de se fazer uma reflexão, sobre sua visão da importância da informação, tem-se como objetivo específico: traçar o perfil dos vereadores; detectar suas reais necessidades de informação; verificar as formas de busca e uso da informação; e averiguar se estes, além de consumidores, são produtores de informação.

Os métodos de estudo de usuário, mais utilizados para levantamento de dados sobre hábitos e necessidades de informação, são, segundo Casado (1994), de dois tipos: métodos Diretos e métodos Indiretos.

A utilização do método direto, como por exemplo, o método de Delphi, o questionário etc., dá oportunidade do próprio usuário definir seus hábitos, necessidades e busca da informação, assim como, o uso que faz dela. Este tipo de método, apesar de mais lento que os métodos indiretos (que oferecem as vantagens de menor custo e menor tempo para a execução da pesquisa, já que não dependem da disponibilidade e aceitação do usuário, como por exemplo, o método da análise de citação, observação etc.), apresenta vantagem de se manter um contato direto com o usuário, inclusive registrar opiniões pessoais e diferentes pontos de vista.

Por esta razão, para se desenvolver o presente estudo, optou-se pelo método do tipo Direto, ou seja, a aplicação de um questionário, semi-estruturado, seguido de entrevista, face a face junto ao político catarinense, representado pela amostra dos vinte e um vereadores da capital.

A escolha dos vereadores de Florianópolis, se justifica tanto pela proximidade local dos mentores e executores da pesquisa, quanto por se tratar da Capital do Estado, onde se concentra o maior número de legisladores, portanto se constitui de uma amostra bem representativa do universo de políticos catarinenses.

O tamanho e a característica da amostra analisada foram determinadas, levando-se em consideração que o vereador é um representante político do povo, investido de mandato de quatro anos, através de eleições, que segundo Vedekin (1992), tem a função de legislar, confeccionar leis de interesse municipal, fiscalizar e controlar os atos do poder executivo. O número de vinte e um entrevistados, constitui-se da totalidade máxima de vereadores, determinados proporcionalmente ao número de habitantes, pela Constituição Federal, promulgada em 1998.

Os resultados deste estudo estão dispostos observando-se os itens: a) descrição do perfil dos vereadores; b) formas de busca e uso da informação para satisfazer necessidades específicas tais como: I atualização pessoal e profissional; II político como candidato para conhecer o perfil dos eleitores e para elaborar o plano de campanha; III atuação como vereador; c) Visão dos vereadores sobre as bibliotecas; d) o político como produtor de informação.

RESULTADOS

Para entender melhor a posição dos vereadores de Florianópolis, com respeito à importância da informação, além de traçar o perfil destes, se procurou conhecer suas formas de busca e uso da informação, a fim de se fazer uma reflexão e tentar

compreender as razões pelas quais, valorizam ou agem com descaso em relação à mesma.

Os resultados desta pesquisa refletem as respostas dos vinte e um vereadores, sendo onze do mandato 1996/2000 e dez do mandato em curso, 2001/2005. O motivo da amostra se constituir de vereadores de mandatos diferentes, foi a dificuldade de se agendar as entrevistas com os mesmos, no segundo semestre de 2000. Apesar de alguns vereadores daquele mandato terem sido receptivos, outros desmarcaram as entrevistas várias vezes, devido a compromissos políticos, tendo em vista ser aquele período, época de eleição.

As entrevistas foram realizadas nos gabinetes dos entrevistados, e os dados coletados foram tratados indiscriminadamente, em ambos mandatos. O questionário, cuja taxa de retorno foi de 100%, admitiu que mais de uma resposta fosse dada para algumas perguntas, e por outro lado, alguns vereadores não responderam integralmente a todas as questões, o que não permite que todos os índices somem 100%. Observa-se também, que foram dadas algumas respostas, não pertinentes, e até contraditórias.

Perfil dos Vereadores

No que diz respeito à origem dos vinte e um vereadores entrevistados, 90,5% nasceram no Estado de Santa Catarina, em seis diferentes municípios, o que demonstra ser esta uma amostra bastante representativa da comunidade catarinense. Os demais 9,5% constituem-se de dois vereadores, sendo um proveniente do Estado do Rio Grande do Sul, e o outro do Estado de Sergipe.

Quanto à faixa etária, a maioria dos vereadores, 62% tem entre 25 e 50 anos, sendo que a maior incidência, 28,8%, ocorreu na faixa de 46 a 50 anos. Observando-se os dados da Tabela 1, pode-se afirmar que há uma predominância de um coletivo de vereadores maduros, porém relativamente jovens em função do cargo que exercem e em relação aos demais 38% acima dos 50 anos.

TABELA 1
Faixa etária

Idade	Nº Ver.	%	Σ Ver.	Σ %
25 a 30	01	4,7	01	4,7
31 a 35	01	4,7	02	9,4
36 a 40	02	9,5	04	18,9
41 a 45	03	14,3	07	33,2
46 a 50	06	28,8	13	62,0
51 a 55	03	14,3	16	76,3
56 a 60	02	9,5	18	85,8
61 a 65	02	9,5	20	95,3
66 a 70	01	4,7	21	100
Total	21	100		

Quanto ao sexo, Tabela 2, 95,2% dos vereadores são do sexo masculino, e 4,8% do sexo feminino, mais precisamente, uma mulher e divorciada. A quase totalidade dos homens, ou seja, 76,2% são casados, 14,2% divorciados, e 4,8%, representa um que é solteiro.

Estes percentuais demonstram que há uma certa marginalidade cultural da mulher na vida política ativa. Apesar de ter direito ao voto através do decreto nº 21.076 de 24.02.1932, sua atuação em cargos eleitorais, em nível nacional, também é insignificante. São poucas, ou quase exceções, as mulheres que exercem mandatos políticos, como se pode constatar em dados de outras pesquisas, que apontam entre 5,4%, MULHER (2000) a, 7% AVANÇO (2000), a participação feminina no poder político.

TABELA 2
Sexo e estado civil

Estado Civil	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
Solteiro	01	4,8	-	-	01	4,8
Casado	16	76,2	-	-	16	76,2
Divorciado	03	14,2	01	4,8	04	19,0
Total	20	95,2	01	4,8	21	100
%	95,2		4,8			

O nível de escolaridade dos vereadores pode ser considerado bom, inclusive com predominância de pós-graduados. Conforme Tabela 3, 33,3% deles têm o segundo grau completo e 66,7% estão no nível superior, sendo que um deles não chegou a concluir nenhum curso universitário. A maior incidência de vereadores, 42,9%, ocorreu em nível de pós-graduação, sendo 23,8% especialistas e 19,1% doutores. Não se registra nenhum caso em nível de mestrado, porque os que tem esta titulação foram incluídos no nível maior, de doutor.

TABELA 3
Nível de escolaridade

Nível	Nível Fundamental e Médio			Nível Superior					Total
	1 grau	2º grau	Total	Grad.	Esp.	Mest.	Dout.	Total	
Incompl.	-	-	-	01	-	-	-	-	01
Compl.	-	07	07	04	05	-	04	13	20
Total	-	07	07	05	05	-	04	14	21
%	-	33,3	33,3	23,8	23,8	-	19,1	66,7	100

No que diz respeito à profissão, quatro vereadores mencionaram mais de uma, tendo sido considerada, para efeito desta análise, apenas a primeira citada. A profissão de maior incidência foi a de funcionário público, que representa 23,6% do total, seguido dos advogados, administradores, engenheiros mecânicos e farmacêuticos, com 9,5% cada uma. As demais profissões: bancário, comerciante, economista, engenheiro agrônomo, fiscal de tributo aposentado, gerente de compras, professor universitário e psicólogo, cada uma com 4,8%. A diversidade de profissão dos vereadores reitera a

afirmativa de que os políticos se constituem de um grupo heterogêneo de profissionais, usuários potências da informação.

Cargos políticos exercidos anteriormente, comprovam a experiência de quase todos os vereadores. Dentre eles, vinte já se candidataram anteriormente, dos quais dezessete foram eleitos. Treze já exerceram o cargo de vereador, dois o de deputado estadual, um o de deputado federal, e outro foi prefeito. Há vereadores que estão exercendo o cargo por mais de uma vez, até pela 6ª vez.

Na distribuição dos vereadores, por partido político, o de maior representatividade é o Partido Progressista Brasileiro (PPB), com 23,8% do total. Em seguida, vem o Partido da Frente Liberal (PFL), com 19,0%, o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), ambos com 14,3%. Também o Partido Comunista do Brasil (PC do B), e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ambos com 9,5%. O Partido Social Liberal (PSL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) representam cada um apenas 4,8% dos filiados. Embora haja diferenças acentuadas, em termos percentuais, nota-se uma diversidade partidária bastante representativa.

Com base nos dados extraídos do questionário, pode-se traçar o perfil do vereador de Florianópolis, como um profissional relativamente jovem, predominantemente do sexo masculino, com boa formação acadêmica e comprovada experiência política. O perfil dos vereadores de Florianópolis assemelha-se ao perfil dos deputados estaduais de Santa Catarina, traçado no estudo de Nascimento; Weschenfelder (2000), principalmente no que se refere a participação feminina no poder.

Atualização Pessoal e profissional

A atualização pessoal e profissional do indivíduo, pode ser feita através de contatos pessoais ou institucionais, pela participação em eventos, assim como, por meio de publicações disponíveis ou não, em Unidades de Informação.

No que diz respeito aos contatos pessoais, 66,7% dos vereadores afirmam mantê-los freqüentemente com especialistas, enquanto o contato com políticos de outros estados não é tão freqüente, foi citado por apenas 23,8% dos vereadores. Pode-se constatar, na Tabela 4, que apenas um vereador disse nunca ter mantido contato com políticos de outros estados. E este justificou que ainda não teve oportunidade de manter nenhum contato porque assumiu o cargo recentemente.

As instituições dos especialistas e políticos com os quais foram mantidos estes contatos, são: Câmaras Municipais, citadas quinze vezes, (tendo sido especificado apenas as de Curitiba, citada três vezes, Rio de Janeiro, citada duas vezes, e Porto Alegre, citada uma vez); Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, citados três vezes; Convenções estaduais e municipais, citadas duas vezes; as demais foram citadas apenas uma vez – Assessoria do partido na Câmara e Senado, Associações de vereadores e deputados estaduais, Câmara Federal, Centro de Direitos Humanos, Centro de Educação e Evangelização Popular, Comitê Latino-Americano de Parlaentos Municipais, Congresso nos municípios e empresas, Fórum Parlamentar, Gabinete de vereadores, Movimentos Sociais, Órgãos Governamentais, parlamentares estaduais e federais, contatos informais, e através da Internet.

TABELA 4
Contatos com especialistas e políticos de outros estados

Frequência	Contatos com especialistas		Contatos com políticos de outros estados		Participação em Eventos	
	Nº Ver.	%	Nº Ver.	%	Nº Ver.	%
Freq.	14	66,7	05	23,8	16	76,2
Regul.	07	33,3	15	71,4	05	23,8
Nunca	-	-	01	4,8	-	-
Total	21	100	21	100	21	100

A participação em eventos permite, além de se adquirir novos conhecimentos, contatar com outros profissionais, discutir temas polêmicos e, principalmente, manter o profissional atualizado em sua área de especialização.

Conforme Tabela 4, 76,2% dos vereadores participam de eventos freqüentemente, e os demais 23,8%, regularmente. Estes dados demonstram que a maioria dos vereadores está consciente da necessidade de se manter atualizada, participando de eventos realizados recentemente, no estado, principalmente em Florianópolis. Também foram mencionados eventos em Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, e no exterior, um em Punta del Este, no Uruguai, e outro, na França.

Além dos contatos e eventos, as formas mais comuns de atualização pessoal e profissional, podem ser feitas, tanto através dos meios de comunicação de massa não impresso, quanto da literatura publicada.

A maioria absoluta dos vereadores costuma ouvir freqüentemente programas de rádio e TV, o que comprova o alto grau de influência que os meios de comunicação de massa, não impressos, exercem na população brasileira, em detrimento da leitura, até mesmo nos segmentos da sociedade que detém o poder.

Dos programas de rádio e TV, citados pelos deputados, destacam-se: os noticiários, citados dezessete vezes; CBN Diário, citado seis vezes; TV Senado, citado três vezes; e, citados apenas uma vez, os documentários, entrevistas, Globo News, programa César Souza, programas religiosos, programas rurais, rádio Eldorado, rádio Guarujá, TV Assembléia e TV Com.

Os meios de comunicação e programas mais citados divulgam, de uma maneira geral, informações de cunho político ou de interesse da sociedade, o que demonstra estarem os vereadores interessados e envolvidos no contexto político da atualidade. Alguns citaram mais os nomes dos veículos de comunicação, do que os nomes dos programas.

Dos vinte e um vereadores entrevistados, dezenove assinam jornais de circulação em geral, e estes, não especificaram os referidos títulos. Apenas dois vereadores assinam jornal especializado, sendo que um assina dois títulos. Os jornais especializados citados foram: Boletim do Conselho Nacional de Medicina; Boletim de Nutrição, e, Jornal de Psicologia, cujos conteúdos são pertinentes às suas respectivas profissões.

Quanto às revistas especializadas, 71,4% dos vereadores não assinam nenhuma, apenas 28,6% assinam as seguintes revistas: Debate, Exame, Isto É, Dinheiro, Movimento Negro, Movimento Sem Terra, Princípios, Reportagem Revista Trimestral do Legislativo, Ser Humano e Teoria e Debate.

Revistas de informações geral, tipo Exame, foi citada como especializada, porque, provavelmente, na visão dos vereadores, qualquer informação de interesse social, político e econômico é necessária para sua atualização e atuação como político.

Quanto ao hábito de leitura, de acordo com a Tabela 5, 33,3% dos vereadores se consideram bons leitores; 61,9%, leitores razoáveis, e 4,8%, ou seja, um não leitor. Foram alegados como motivos que impedem ou dificultam o hábito da leitura: a falta de incentivo dos pais quando crianças; o não despertar pelo gosto da leitura, por parte da escola; e a falta de tempo e excesso de trabalho. Houve o caso de um vereador que afirmou “não ler por preguiça”.

TABELA 5
Hábito de leitura

Respostas	Nº Ver.	%
Bom leitor	07	33,3
Leitor razoável	13	61,9
Não leitor	01	4,8
Total	21	100

Embora em baixo percentual, a constatação de não leitor, entre os vereadores, é um fato surpreendente, mas que reflete, em parte o grau de preparo de alguns representantes do povo, que, ainda não despertaram para o valor da leitura.

Mesmo havendo o caso de um vereador que se auto considera não leitor, todos especificaram as horas semanais que dedicam à leitura, direcionada as suas atividades políticas. Na Tabela 6, pode-se constatar que 33,3% dos vereadores costumam ler dez horas por semana, 19,0% quatorze horas, e 14,5%, apenas três horas. Enquanto há vereadores que lêem até vinte horas semanais, outros alegaram não poder dedicar mais tempo à leitura, por falta de tempo devido aos seus compromissos. A grosso modo, pode-se afirmar que, os vereadores têm uma certa consciência da importância da leitura, que amplia e integra os conhecimentos.

TABELA 6
Frequência de leitura semanal

Horas	Nº Ver.	%
03	03	14,5
05	02	9,5
07	02	9,5
08	01	4,7
10	07	33,3
14	04	19,0
20	02	9,5

A busca de informação nas Unidades de Informação foi especificada na Tabela 7, de acordo com as freqüências: freqüentemente (F); regularmente (R); Nunca (N).

Na denominação de Unidades de Informação incluem-se os Arquivos, Bibliotecas, Centros e/ou Serviços de Documentação e Informação, ou quaisquer outras organizações públicas ou privadas que armazenem informações suscetíveis de serem consultadas, disseminadas e usadas para satisfazer as necessidades de seus usuários.

As unidades de informação, freqüentemente mais procuradas pelos vereadores, foram as Redes e Sistemas, incluindo-se a Internet, e, em segundo lugar, foram as Bibliotecas.

TABELA 7
Freqüência de busca de informação nas Unidades e Redes de Informação

Unidades e Redes de Informação	Freqüência			
	F	R	N	Total
Arquivos	05	14	02	21
Bibliotecas	08	11	02	21
Centros de Documentação	03	08	10	21
Redes ou Sistemas de Informação	14	06	01	21

Quanto às bibliotecas particulares, doze vereadores, que representam 57,14% do total, possuem uma. A maioria afirmou ter seu acervo em casa, alguns disseram ter no local de trabalho, e outros têm parte da biblioteca em casa e parte no trabalho. Conforme Tabela 7, apenas um vereador não soube especificar o número de volumes de sua coleção.

Apenas uma Biblioteca possui número de volumes inferior a cem, as demais têm acervos com tamanhos razoáveis, destacando-se duas, cujas coleções, com dois mil volumes, são bastante expressivas, em se tratando de acervos particulares.

Os acervos destas bibliotecas foram organizados pelos próprios vereadores, no entanto, as duas maiores, necessitariam de um tratamento técnico mais especializado, condizente às atividades de um profissional da área de informação.

TABELA 8
Volumes da biblioteca particular

Nº de volume	Nº de bibliotecas
80	01
200	02
300	03
400	01
600	02

2000	02
Não especificado	01

Considerando a inexistência de uma biblioteca especializada em política que tenha potencial para atender às necessidades específicas dos vereadores, investigou-se o uso de Unidades de Informação fora de Florianópolis.

Treze vereadores, afirmaram conhecer uma ou mais unidades, das quais a Biblioteca Pública de Curitiba foi a mais citada, três vezes, seguida da Biblioteca do Congresso e das Bibliotecas Universitárias, da Universidade de São Paulo – USP e da Universidade de Brasília, citadas duas vezes cada uma. As demais dezessete unidades, citadas apenas uma vez, estão dispersas em diversos estados brasileiros. São elas: Bibliotecas das Assembléias Legislativas de Minas Gerais; do Rio Grande do Sul, e de São Paulo; Bibliotecas das Câmaras dos vereadores do Paraná e São Paulo; Biblioteca Nacional; Biblioteca Pública de Joinville, de São Paulo e do Rio de Janeiro; Biblioteca da Santa Casa; Biblioteca do Senado Federal; Biblioteca Universitária de Curitiba; Centro de Documentação de Salvador; Centro de Informação da RBS; Processamento de Dados do Senado- PRODASEN. E duas de fora do país, precisamente as Bibliotecas Universitárias de Chicago e de San Diego, ambas nos Estados Unidos.

Quanto à solicitação de empréstimo de livros ou revistas, às Unidades de Informação, a totalidade absoluta dos vereadores respondeu que nunca tentou este tipo de empréstimo.

Com relação à autonomia na busca e localização de fontes documentais, 47,6% dos vereadores afirmaram ter autonomia para localizar as fontes documentais que satisfazem suas necessidades de informação. Apenas quatro vereadores, isto é, 19,1% disseram não ter autonomia, e 33,3% responderam que nem todas as fontes são acessadas devido às restrições do local.

Apesar de quase metade dos vereadores se considerar autônoma, quando questionados se necessitam da orientação de um profissional, 95,3% dos vereadores afirmaram que sim e consideraram indispensável a ajuda de um bibliotecário na hora da busca da informação e da localização do material bibliográfico.

Quanto à utilização das novas tecnologias, quatorze vereadores afirmam que as bibliotecas que costumam utilizar são automatizadas e destes, treze disseram que há disponibilidade de computadores nas bibliotecas, das quais dez têm acesso à Internet. Dos demais vereadores, quatro responderam que não costumam consultar nenhuma biblioteca, um afirmou que nos últimos tempos não tem freqüentado, por isso não sabe responder. E os dois restantes responderam que as bibliotecas que costumam consultar são convencionais.

A maioria dos vereadores, 76,2%, tem acesso à Base de Dados em seu trabalho, sendo que as mais citadas foram: Base de Dados da Câmara Municipal; da Assembléia Legislativa; PRODASEN; Base de Dados de Periódicos Informativos; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Congresso Nacional e Governo Federal; Projetos, leis e estatísticas; Plano Diretor; Legislação; Política e comercial; Bases de Dados Municipais e Governamentais; e Sistemas de compra comercial, administrativa, operacional e técnica da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN. Alguns citaram ter acesso a várias Bases de Dados, mas não especificaram quais.

Os dados demonstram que a automação das bibliotecas e a disponibilidade de informação automática ainda é muito incipiente e estas não estão disponíveis para todos; por outro lado, nem todos estão preparados para usá-las.

Para um profissional, além da Internet, uma das formas de atualização mais pertinente e pontual é o Serviço de Disseminação Seletiva da Informação, ou Alerta Corrente da literatura especializada, em suas áreas de atuação. No entanto, apenas seis vereadores, 28,5% afirmaram receber este tipo de serviço, cuja periodicidade, de fornecimento das referências bibliográficas e dos resumos, segundo os entrevistados, é, em alguns casos, semanal, em outros, quinzenal, mensal, trimestral ou semestral.

A grande maioria dos vereadores, 71,5%, além de não dispor deste serviço, afirma que prefere receber qualquer tipo de informação de forma impressa, 19% preferem em disquete, e apenas 9,5% deram preferência ao CD-ROM.

Apesar de todo o avanço tecnológico do mundo moderno e das facilidades de acesso rápido à informação, ainda são poucos os vereadores que dispõem do uso de tais meios e serviços, o que demonstra que certamente há uma escassez, quase inexistência, ou falta de divulgação dos Serviços de Disseminação da Informação no meio político, em Florianópolis.

O Político como candidato

As formas de busca e uso de informação, para satisfazer necessidades específicas dos vereadores como políticos, foram analisadas tanto no que diz respeito às necessidades como candidatos quanto para sua atuação na Câmara. Quando candidatos, as necessidades de informação dos vereadores dizem respeito a: conhecer o perfil de seus eleitores; e para elaboração do plano de campanha política.

Para conhecer o perfil de seus eleitores, os vereadores buscaram informações em um ou mais diferentes meios, destacando-se os contatos pessoais, conforme Tabela 9. Para este tipo de necessidade, parece que as informações divulgadas nos meios de comunicação impressa (jornais, revistas etc.) não constituem uma fonte de consulta. Os vereadores preferem fazer uso de comunicações e contatos pessoais e comunitário. política.

TABELA 9

Fontes para conhecer o perfil de seus eleitores

Meios de obtenção	Nº de vezes
Contatos pessoais	07
Cadastros nas comunidades	03
Contatos com lideranças	02
Pesquisa sócio econômica (questionário)	02
Trabalho comunitário	02
Associações	01
Conselhos regionais	01
Dados de eleições anteriores e <i>feedback</i> dos eleitores	01
Debate no partido	01
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	01
Mapas do Tribunal Regional Eleitoral – TER	01
Movimento Negro e Sindical	01

Perfil do partido, afinidade do eleitor com o partido	01
Sem essa informação	01

As fontes de apoio utilizadas pelos vereadores para a elaboração do plano de campanha foram tanto pessoais e planos políticos quanto fontes impressas e audiovisuais. A fonte de apoio mais utilizada foi a consultoria a profissionais especializados. Em seguida, foram consultados os planos de eleições anteriores. Treze vereadores disseram não ter feito nenhum tipo de consulta, no entanto dos oito que consultaram especialistas, dois também consultaram pelo menos dois dos planos especificados na Tabela 10.

Os especialistas consultados para obtenção de informação de apoio à campanha dos vereadores, foram os seguintes consultores: seis do ramo da saúde; dois em cada uma das áreas de (comunicação social, economia, educação, marketing, meio ambiente e urbanismo); e um em cada uma das áreas de administração, escola de governo e órgãos municipais, esporte, informática, lazer, psicologia, segurança, e trânsito. As áreas de conhecimento em que estes consultores atuam são pertinentes às necessidades de informação de candidatos políticos, o que possivelmente garantiu aos vereadores um importante apoio.

TABELA 10
Fontes de apoio para elaboração
do Plano de Campanha

Nº ordem	Fontes consultadas	Nº de vezes
1	Consultoria especializada	26
2	Planos de eleições anteriores	02
3	Planos de outros Estados	01
4	Planos de outros partidos	01
5	Nenhuma consulta	13

As fontes de informações documentais mais citadas pelos vereadores na elaboração de seu plano de campanha política, conforme Tabela 11, foram jornais e revistas citadas treze vezes cada uma. É surpreendente que as dissertações tenham sido citadas oito vezes, considerando-se que este tipo de documento, trata-se de um trabalho acadêmico, cujo acesso está disponível apenas na instituição onde foi defendida. Provavelmente isto seja decorrente do fato de alguns vereadores terem graus acadêmicos de alto nível tendo assim acesso ao acervo das universidades. Estes dados mostram a importância da literatura publicada para o desenvolvimento de um plano de campanha política.

TABELA 11
Fontes Documentais

Fontes	No vezes
Jornais, revistas	13
Boletins informativos, <i>folders</i>	12
Bibliografias, leis, livros, publicações governamentais	11
Artigos especializados, capítulo de livros, resumo de trabalhos	10
Anotações individuais, folhetos,	09
Anais de Congr. cartas circulares, dissertações, informes, mapas, relatórios	08
Decretos	07
Códigos	06
Enciclopédias, guias, normas	05
Boletins de resumo, outros	04
Atas, atlas, comunicações internas	03
Almanaques,	02
Memorando	01

O item “outros”, citado quatro vezes na Tabela 11, inclui: debates coletivos; convívio e experiência com pessoas; movimentos comunitários, sindical e estudantil; e trabalho comunitário, citados indevidamente neste item.

TABELA 12
Fontes audiovisuais

Fonte	Nº de vezes
Televisão	09
Rádio	07
Fita de vídeo	05
Fita cassete	04
TV a cabo	03
Cinema	01
Slide	01

As fontes audiovisuais utilizadas pelos vereadores, na elaboração do plano de campanha, incluem também as só de áudio e as só de vídeo conforme Tabela 12. O meio mais utilizado foi a TV, citada nove vezes, seguido de rádio, citado sete vezes.

Observando-se as Tabelas 10, 11 e 12, constata-se que as fontes impressas foram mais consultadas na elaboração dos planos de campanha, superando os audiovisuais e a consultoria a especialistas, ao contrário dos dados da Tabela 9, onde as informações impressas não constituem uma fonte de consulta para se conhecer o perfil dos eleitores.

TABELA 13
Onde buscou as fontes de informações

Locais	Nº de vezes
Internet	15
Arquivos	08

Bibliotecas	06
Empréstimos de colegas	06
Bases de Dados Nacionais	05
Centros e Serviços de Documentação	05
Sistemas de Informação	05
Compra	03
Outros	03
Não utilizou nenhuma fonte	02

Os vereadores buscaram as fontes de Informação para a elaboração do seu plano de campanha principalmente consultando a Internet, citada quinze vezes, e nos Arquivos citados oito vezes. As demais unidades de informações citadas podem ser visualizadas na Tabela 13. No item “outros”, dois vereadores mencionaram os contatos com a comunidade, e um citou jornais, rádio e TV.

A heterogeneidade do grupo de vereadores também pode ser comprovada pela diversidade de fontes utilizadas, pelas diferentes formas de busca de informação e pela subjetividade das respostas. TV.

Atuação como Vereador

A forma como os vereadores buscam informações específicas para sua atuação política, em seus respectivos mandatos, foram tabuladas de acordo com a frequência de busca, tanto por temas, quanto por documentos já conhecidos.

Comparando-se as frequências dos dados na Tabela 14, observa-se que, 52,4% dos vereadores buscam com mais frequência informações temáticas enquanto 42,8% tende a fazer esta busca de maneira regular. Quanto à busca de documentos, cujos autores e títulos já são conhecidos, apenas 28,6% o fazem frequentemente e 61,9% buscam regularmente.

Enquanto dois vereadores nunca buscam informações em documentos já conhecidos, um destes não busca de nenhuma forma. No entanto, pode-se inferir que, a grosso modo, a maioria dos políticos tem consciência da necessidade de se informar de temas novos, pertinente aos problemas da atualidade, independentemente de conhecerem anteriormente autores e títulos.

TABELA 14
Frequência de busca de informações temáticas e
Documentos que já conhecem autor e título

Frequência	Inf. Temáticas		Doc. Conhecidos	
	Nº Ver.	%	Nº Ver.	%
Frequente	11	52,4	06	28,6
Regular	09	42,8	13	61,9
Nunca	01	4,8	02	9,5
Total	21	100	21	100

Quanto a questão, onde buscam os resultados de pesquisas científicas, cujas descobertas geram polêmicas, para posicionar-se contra ou a favor, os vereadores deram as mais variadas respostas, conforme Tabela 15. Foram citados, tanto as fontes quanto o local onde as mesmas estão, ou seja, as instituições ou unidades de informação que as armazenam.

Alguns vereadores deram mais de uma resposta, sendo as universidades, o local mais citado, oito vezes, em segundo lugar vem a Internet, citada cinco vezes, em terceiro os profissionais da área, citados quatro vezes e por último, citado apenas uma vez, uma diversidade de locais e fontes, especificados na Tabela 15.

TABELA 15

Busca de resultados da pesquisa científica sobre uma descoberta que gera polêmica

Local de busca	Nº vezes
Universidades	08
Internet	05
Profissionais da área	04
Centro de pesquisa, Instituição onde o assunto está afeto, Livro	02
Centros de Desenvolvimento Tecnológico da UFSC*, Centros de ensino, Centro que divulgou a pesquisa, Imprensa, Jornais, Organizações e Categorias, Publicações especializadas, Referências acadêmicas, Revistas, e Televisão	01

- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

A resposta “Livro”, dada por dois vereadores, demonstra que faltou entendimento da questão, considerando-se que este tipo de publicação divulga conhecimentos consolidados. No entanto, observa-se que os *preprints*, e os anais de congresso não foram citados. Ao que parece, há uma certa preocupação dos vereadores em adquirirem conhecimentos pertinentes aos temas que devem debater e votar. Talvez estes precisassem de um apoio maior de profissionais que lhes facilitassem o acesso e a localização da informação necessária ao desempenho de suas atividades.

Para elaborar uma proposta de trabalho, sobre um problema social em evidência no mundo atual, os vereadores buscam apoio nos mais diversos locais e meios de divulgação da informação.

A comunidade foi o local mais citado, seis vezes, seguido da universidade, cinco vezes, e dos jornais, quatro vezes. Enquanto a Internet, revistas e o IBGE foram citados três vezes, os especialistas da área, livros, órgãos municipais e governamentais, e a televisão foram citados duas vezes, e anais de congresso, anuário, biblioteca, centro de informação, centro de pesquisa, experiência no trabalho comunitário, imprensa, órgãos técnicos, publicações no setor e textos, foram mencionados apenas uma vez.

As fontes de informação impressa mais citadas foram: anais de congresso, jornais, livros, revistas, revistas especializadas, e textos. Os vereadores buscam apoio também em entidades, instituições, e na própria experiência de seu trabalho comunitário.

Percebe-se que, mesmo alguns vereadores tendo confundido local com fonte onde buscaram informações, podem-se destacar, como local, a Comunidade e a Universidade,

e constatar uma certa preferência pelas fontes de informações convencionais impressas. No entanto, pela diversidade das fontes citadas, constata-se como é amplo o universo em que os vereadores buscam apoio, não havendo praticamente local ou fonte que possa ser considerada como de importância prioritária.

No que diz respeito à última vez que os vereadores precisaram de informação pertinente à sua atividade como político, os dados foram tabulados, levando-se em consideração a relação entre a data da resposta e o dia da entrevista, e analisadas as variáveis: quando e onde; se conseguiram a informação totalmente, parcialmente ou não; e as condições do atendimento.

Dentre os vinte e um vereadores, 38,0% responderam que precisam de informação sempre, 14,1% responderam estar precisando de informações no momento, 9,5% precisaram há sete dias atrás e as demais respostas, todas com 4,8% podem ser visualizadas na Tabela 16.

Um vereador justificou que nunca buscou informação, pois assumiu o cargo recentemente, o que demonstra parecer haver um certo descaso, ou desconhecimento da importância da informação, como suporte teórico para o desempenho de suas funções, e para a atualização de seus conhecimentos.

Os locais onde os vereadores buscaram informações, pela última vez, foram: Câmaras municipais, citadas três vezes; e Assessoria da Câmara, Biblioteca da Câmara, Biblioteca do Tribunal de Contas, com um navegador (pessoa), comissão do orçamento, Congresso nacional, imprensa, Internet, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, nos locais onde está “afeto” à informação necessária e órgãos governamentais, citados uma vez cada um. Pela diversidade de locais citados, os vereadores demonstraram que estão abertos a buscarem informações nas mais diversas instituições.

TABELA 16

Última vez que os vereadores precisaram de informação pertinente à atividade de político

Respostas	Nº Ver.	%
Sempre	08	38,0
No momento	03	14,1
Há 7 dias	02	9,5
Há 10 dias	01	4,8
Há 20 dias	01	4,8
Há 1 mês	01	4,8
Há 3 meses	01	4,8
Precisa todos os dias	01	4,8
Quando necessário	01	4,8
Nunca	01	4,8
TOTAL	21	100

Conforme Tabela 17, a última vez que os vereadores buscaram informações pertinentes às suas atividades como político, 76,2% conseguiram totalmente o que procuravam. Os 9,5% que conseguiram apenas, parcialmente, alegaram que não conseguiram devido as seguintes dificuldades: não havia a informação no local; por falta de tempo; e por causa da greve da universidade, que atrapalhou a busca. Entre os

14,3%, que não responderam, se inclui o que nunca buscou nenhum tipo de informação.

TABELA 17
Número de vereadores que conseguiram a informação

Respostas	Nº Ver.	%
Totalmente	16	76,2
Parcialmente	02	9,5
Não conseguiu	-	-
Sem resposta	03	14,3
Total	21	100

Quanto às condições do atendimento, na última vez que buscaram informações, conforme Tabela 20, seis vereadores consideraram o atendimento bom, dois foram bem atendidos, e dois ficaram totalmente satisfeitos com as condições do atendimento, afirmando ser excelente, e dois consideraram o atendimento adequado. Dois vereadores mostraram-se insatisfeitos, considerando que o atendimento não é adequado e que falta estrutura. Em síntese, cerca da metade dos vereadores, quando buscaram informação, de uma forma ou de outra, foram bem atendidos.

TABELA 18
Condições do atendimento

Respostas	Nº de vezes
Bom	06
Bem atendido	02
Excelente	02
Adequado	01
Ainda não é adequado	01
Falta estrutura	01
Normalmente manda assessor	01
Regular	01
Sem resposta	06

Observando-se os dados das Tabelas 17 e 18, pode-se inferir que apesar da maioria dos vereadores terem conseguido totalmente as informações que buscavam, o nível de satisfação, quanto ao atendimento, não foi nas mesmas proporções, chegando a dobrar o número de vereadores que não responderam a esta última questão.

Visão do Vereador sobre o setor da Informação

A visão do vereador, sobre o setor e o profissional da informação, foi analisada, levando em consideração: a possibilidade da biblioteca ser capaz de influenciar o

processo de desenvolvimento e competitividade nacional; e a imagem que fazem do bibliotecário.

Na opinião de 90,5% dos vereadores, a biblioteca é considerada uma instituição capaz de influenciar o processo de desenvolvimento nacional, por razões diversas, das quais, salienta-se algumas afirmativas: “A biblioteca é o templo do saber”; “A biblioteca é uma fonte de informação e cultura”; “Toda a educação é um processo de desenvolvimento social e a biblioteca faz parte da educação”; “Quanto mais bibliotecas a sociedade tem maior possibilidade de se informar e crescer”.

Apesar da quase unanimidade dos vereadores, 9,5%, ou seja, dois vereadores têm visões diferentes e afirmaram que: “O desenvolvimento nacional não depende só da biblioteca”; e que “não existe uma cultura de visitação à biblioteca, por falta de estímulo”.

Ora, se as bibliotecas não são consideradas capazes de impulsionar o processo de desenvolvimento, questiona-se, então, se na visão destes políticos, a Informação e a Educação também não o sejam?

Os vereadores foram quase unânimes em apontarem a importância da informação como base para a competitividade nacional. Dentre as opiniões dos vereadores, se consideram ou não, que: “na era da globalização o Brasil pode ser competitivo com nações mais desenvolvidas, sem incrementar os Sistemas de informação e implantar bibliotecas”, pode-se destacar as afirmativas:

“O Brasil ainda está carente de bons pesquisadores, e a atividade não tem o necessário apoio do governo”; “Com a velocidade das informações quem não tiver acesso e não dominar a informação estará sempre em desvantagem”; “Apesar das informações virtuais estarem muito fácil de acessar, nem todos têm acesso, então as bibliotecas são muito importantes”; “A biblioteca é um espaço para a educação, se não tiver investimento não há desenvolvimento”; “Se não tivermos conhecimento rápido sobre o que se passa no resto do mundo ficaremos para trás, e fica difícil competir, pois sempre terá quem chega antes”.

Dois vereadores não negaram, mas afirmaram que: “Deve haver incremento em todas as áreas para poder competir,” e “Há necessidade de outras incrementações para crescer”.

Com base nos comentários feitos durante as entrevistas, percebe-se que, de uma maneira geral, os vereadores consideram o setor da informação carente e que os profissionais da informação necessitam de melhores condições de trabalho pois seu potencial ainda não é valorizado como deveria. Apenas dois vereadores tiveram opiniões divergentes: um considera que o setor é deficiente e outro considera os “profissionais meio desligados”. Além destes, um vereador não quis comentar, alegando não ter muito contato com o setor.

A quase totalidade dos vereadores afirmaram que gostariam que em Florianópolis tivesse uma Unidade de informação que atendesse, em tempo hábil, suas necessidades. Apenas um vereador afirmou: “não há necessidade”.

Quando solicitados para dar sugestões sobre o planejamento e implantação de uma Rede ou Sistema de Informação, um vereador não deu nenhuma sugestão. Pelas colocações de alguns, observa-se que estes falam como se estivessem na posição de cidadãos comuns, e não no poder, quando afirmam: “Conscientizar as autoridades”, e “Basta querer e haver união, parceria entre poder público e privado”.

Também percebe-se a preocupação da implantação de bibliotecas para satisfazer suas próprias carências, quando dizem que “deveria haver um centro de informação interagindo via computador nos gabinetes, para que não necessitem deslocar-se para

procurar informações”; “deveria existir uma biblioteca especializada em política próxima a Câmara e Assembléia”.

Respostas como: “deve haver bibliotecas em todos os bairros de Florianópolis”; “todos os locais da cidade precisam ter bibliotecas que devem atender às exigências da regionalização”, demonstra uma certa sensibilidade, por parte de alguns poucos vereadores, em fazer com que a população tenha acesso às bibliotecas, sem necessitar de se deslocar para buscar informações no centro.

Outros vereadores se mostraram mais dispostos a pensar nesta possibilidade, quando afirmaram que: “Em Florianópolis deve ser criada uma unidade de informação bem grande e desenvolvida”; “Que o pessoal da biblioteca se mobilizasse e elaborasse uma proposta de projeto para ser trabalhado junto a ele, para que seja levado à implantação de uma unidade de informação na Assembléia Legislativa”;

Vereadores como Produtores de Informação

Os bons e assíduos usuários da informação, dependendo de sua área de atuação e do contexto onde estão inseridos, além de consumidores, também se tornam produtores de novas informações. Como as atividades políticas, de forma direta ou indiretamente, podem depender de resultados de pesquisas, e se os políticos costumam fazer uso de pesquisas desenvolvidas por outros profissionais, não poderiam ser eles também pesquisadores em potencial e consequentemente produtores de informação?

Esta questão foi comprovada em parte, considerando-se que 80,9% dos vereadores afirmaram ter feito alguma pesquisa. No entanto, apenas seis, ou seja, 28,6%, publicaram os resultados, nos seguintes veículos de divulgação: livros; revistas especializadas; jornais; relatório interno e externo; biblioteca; e universidade.

Apesar de consumidores de informação, pelo baixo número de vereadores que publicaram algum tipo de trabalho, não se pode considerá-los Produtores de Informação.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo indicam a importância da informação para o coletivo de políticos catarinenses, aqui representados pelos vereadores de Florianópolis, cujo perfil é de um político predominantemente do sexo masculino, contra uma minoria feminina de 4,8%. São profissionais relativamente jovens, com experiência política no cargo, cuja capacidade e nível de escolaridade são condizentes com a função que exercem. Em maioria, graduados e pós-graduados, inclusive, doutores.

A marginalidade cultural da mulher no poder em Florianópolis é um reflexo da situação nacional cujos percentuais de mulheres que exercem cargos políticos são pouco significativos.

A diversidade de profissões e respostas e a variedade de locais de busca e fontes de informação utilizada, demonstram como é amplo o universo informacional dos vereadores e comprovam a heterogeneidade do grupo.

Apesar de constituir-se de um grupo heterogêneo de profissionais, a população dos vereadores demonstra diferenças não muito acentuadas, quanto ao comportamento de busca e uma relativa tendência às preferências pelos canais e fontes de informação para satisfazer determinadas necessidades. No entanto, fica clara a diferença do uso de determinadas fontes, em relação às necessidades de informação para: atualização pessoal e profissional; o político como candidato; e para sua atuação como vereador.

Para sua atualização, além dos contatos com especialistas e participação em eventos, os vereadores preferem os programas de Rádio e TV, principalmente os noticiários, de cunho político e social, o que, por um lado, demonstra o interesse pelo contexto político da atualidade, mas, por outro lado, comprova o alto grau de influência que os meios de comunicação de massa, não impressos, exercem na população brasileira, em detrimento da leitura, até mesmo nos segmentos que detêm o poder.

A grosso modo, pode-se concluir que os vereadores têm uma certa consciência da importância da leitura, apesar de ter quem afirme que “não ler por preguiça”. A falta de incentivo dos pais, quando crianças, e o não despertar o gosto pela leitura, por parte da escola, foram fatores determinantes na formação destes leitores potenciais e na pouca cultura de informação no meio político. Motivos como falta de tempo e excesso de trabalho, aliados a cultura do audiovisual, mais precisamente da TV, tão presente na atual sociedade brasileira, são razões que não deveriam justificar a ausência da leitura, principalmente, no meio dos que decidem o destino da sociedade.

As necessidades de informação dos vereadores são satisfeitas através de uma imensa diversidade de fontes e diferentes meios, dependendo da situação. Para a atualização pessoal e profissional destaca-se o alto grau de influência que os meios de comunicação de massa, não impressos, exercem no meio político, em detrimento da leitura. Para satisfazer as necessidades como candidatos, as informações impressas também não constituem um fonte de consulta de informação para conhecer o perfil dos eleitores, destacando-se neste caso, os contatos pessoais. No entanto, para a elaboração do plano de campanha, além da consultoria a profissionais especializados, constata-se a consulta a uma gama de documentos impressos que superam o uso dos audiovisuais, o que demonstra a importância da literatura publicada para este tipo de atividade.

Para sua atuação, na Câmara, demonstram que têm consciência da necessidade de se informar sobre temas novos, pertinentes aos problemas da atualidade, independentemente de conhecerem anteriormente autores e títulos. O que leva a se concluir que estão abertos as novas idéias e inovações.

A diversidade de fontes utilizadas, não permite que se priorize nenhum tipo de documento como importante para o meio político, no entanto, mesmo fazendo uso de algumas tecnologias da informação, percebe-se uma tendência dos vereadores a dar preferência às fontes impressas tradicionais, o que demonstra mais uma vez a importância da literatura publicada.

Apesar do uso da Internet superar o uso da Biblioteca, esta não foi utilizada com a intensidade que se esperava. Mesmo com o avanço tecnológico do mundo moderno e as facilidades de acesso rápido à informação, ainda são poucos os vereadores que dispõem do uso de tais meios e serviços, o que demonstra que certamente há uma escassez, ou falta de divulgação, das tecnologias da informação no mundo político, por outro lado, parece que nem todos estão preparados para usá-los.

Os vereadores foram quase unânimes em apontar a importância da Biblioteca e da informação como base fundamental para o desenvolvimento e a competitividade nacional, mas os dados apontaram um baixo índice de uso das bibliotecas, o que leva a se concluir que os vereadores não a valorizam como deveriam. Também, consideram o setor informacional carente e que os profissionais da informação necessitam de melhores condições de trabalho e que seu potencial ainda não é valorizado.

Apesar de demonstrarem uma certa sensibilidade para os problemas da área, quando solicitados para dar sugestões para o planejamento e/ou implantação de Unidades de informação, os vereadores se posicionaram como cidadãos comuns, não como políticos em pleno exercício do poder. Alguns deixaram claro seu interesse na

implantação de bibliotecas, uns para satisfazer suas próprias necessidades, e outros poucos, se referiram à sua preocupação para fazer com que a população tenha acesso fácil a informação.

Se por um lado a necessidade de informação dos vereadores é uma constante ilimitada, por outro requer inúmeras e diversas fontes e meios para suprir suas carências informacionais, fato este, que justificaria a implantação de uma unidade de informação especializada em política, condizente com as expectativas dos mesmos.

Nota-se que sugestões e desejos se confundem, que Câmara e Assembléia são conceitos muito próximos para os vereadores, e que estes, mesmo fazendo parte do poder, em determinadas situações, esquecem que são políticos e se colocam como povo comum.

Se a biblioteca ainda é marginalizada no meio político, provavelmente isto ocorra devido à falta de hábito de uso da mesma, pelos políticos quando criança, logo, não se pode esperar que estes dêem seu devido valor.

Um fato é certo, esta pesquisa, além de incrementar os estudos de usuário, para relembrar a importância da informação aos que já tinham consciência desta, e para conscientizar os que ainda não a valorizavam.

Em síntese os vereadores mesmo não valorizando a Biblioteca, como deveriam, têm uma certa consciência da importância da informação e do profissional, bibliotecário e podem ser considerados consumidores, porém, não produtores de informação.

|ABSTRACT

This study analyses the information needs and uses of a group of twenty-one town councillors from the city of Florianopolis, in the state of Santa Catarina, Brazil. The data was collected using a questionnaire followed by interviews. The results show that the councillors constitute a heterogeneous group of professionals from diverse sectors. 92,5% are male and 66,7% have university degrees with proven political experience. 51,1% have their own libraries and 90,5% consider that the library can influence the process of national development. In general, they are accustomed to consulting the most varied sources but prefer the traditional types of printed documents. 76,2% access databases and despite the use of Internet outstrip the use of the library it was not employed with the frequency that was expected. 80,6% of the councillors affirmed that they had carried out some kind of research, although only 28,7% had published the results, thus being considered consumers rather than producers of information.

Key words

**STUDY OF INFORMATION USER
POLITICIAN AS INFORMATION USER
FLORIANOPOLIS COUNCILLORS**

6 REFERÊNCIAS

AMARAL, S.A . Análise do consumidor brasileiro do setor de informação: aspectos culturais sociais, psicológicos e políticos. **Perspect. Cienc. Inf.** v. 1, n. 2, p. 207 - 244, 1996

AVANÇO da mulher na sociedade. **Veja**, n. 45, p. 124-132, 8 nov. 2000

BARBOSA, R.R. Acesso e necessidade de informação de profissionais brasileiros: um estudo exploratório. **Perspect. Cienc. Inf.** v. 2, n. 1, p. 5-35, 1977.

BETTIOL, E. M. Necessidade de informação na área de biotecnologia agropecuária no Brasil. **Ci. Inf.** Brasília, v. 19, n. 1, p. 3-11, 1990.

CAMPOS, V.M.C. Uso e necessidade de informação tecnológica: um diagnóstico do setor de laticínios do Estado de Minas Gerais. **Perspect. Cienc. Inf.** v. 2, n. 1, p. 37-63, 1997.

CASADO, E.S. **Manual de estudio de usuários**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez: Pirámede. 1994. 228p.

COCHEN. D.M. O usuário de sistemas documentários e o consumidor da informação. **Palavra-chave**. São Paulo, v. 10, p. 9-11, abril, 1998.

CUNHA, M.B.da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Rev. Bibliotecon. Brasília**, v. 10, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1982.

DARVIN, B.; N.M. Information needs and uses. In: Williams, M.E (ed) **Annual review of information science and technology**. Whith Plains, N.Y: Knowledge Industries, 1986. v. 21, p. 3-33.

FIGUEIREDO, N. **Avaliação de coleções e estudos de usuários**. Brasília: ABDF, 1979. 96p.

FREITAS, C.G. **Necessidade de informação por parte de gerentes e técnicos: um Estudo Comparativo**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. (Dissertação de mestrado).

GONZÁLEZ, S.C. La información de usuarios con metodos participativos para estudiantes universitários. **Rev. Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 61-65, jan./abr. 1998

JIMÉNEZ-DENIS, M. Consideraciones sobre la educación y formación de usuarios de la información en Cuba. **Actualidades de la Información Científica y Técnica**, La Habana, v. 17, n. 3, p. 83-103, jun. 1986.

LIMA, M.D. de. Fontes e fluxo de informação na Câmara dos Deputados. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Salvador, 1991, **Anais...** v. 2, p. 796-822, 1991.

MARTINS, R. N. Técnicas de informação nas instituições democráticas. **Problemas**

Brasileiros, v. 9, n. 97, p. 7-18, set.1971.

MULHER – poder; os paços de um conquista. **Época**, p. 54-65, 13 de mar.2000.

MOURA, V.H.V. A busca de informação em equipes multidisciplinares: estudo de caso de uma instituição psiquiátrica. **Perspec. Cien. Inf.** v. 4, n. 1, p. 85-100, jan./jun.1999.

NASCIMENTO, M.J.; WESCHENFELDER, S. **Necessidade de informação do político catarinense**: estudo de usuário aplicado aos deputados estaduais. Florianópolis: UDESC- CNPq/PIBIC. Relatório de pesquisa de pesquisa, 2000. 68 p.

NEVES, J.T.R.; CARVALHO, A.C.M.de. Análise da necessidade e uso de informação em empresas incubadoras de biotecnologia de Minas Gerais. **Perspec. Cien. Inf.** v. 5, n. 2, jul./dez.2000.

PAIM, I.; NEHMY, R.M.Q. Questões sobre avaliação da informação: uma abordagem inspirada em Giddens. **Perspect. Cien. Inf.** v. 3,n. 1, p. 81-95, jul./dez.1998

PERÉZ, M.C.; SABELLI, M. Aplicación del paradigma alternativo a um estudio de Usuários en el area de la información em Ciencias Sociales em el Uruguay: um aporte metodológico. **Informatio**, v. 1, n.,1, p. 53-62, 1995.

RODHER (1996) citado em **Estudos de Necessidade de informação**: dos paradigmas tradicionais à abordagem sense making. Disponível em: <[http:// www.eca.usp.br](http://www.eca.usp.br)>

TASCA, C.C. et al. Diagnóstico da necessidade de informação do setor noveleiro do Rio Grande do Sul: estudo de usuário. **Ci. Inf.** Brasília, v. 22, n. 2, p. 102-117, 1993.

WEDEKIN, N. **Manual de ação parlamentar**. Brasília: Senado Federal, 1992, 132p.